



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# 9º EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

PETRÓPOLIS

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**- 2025 -**

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### **1) Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O Poder Legislativo exerce controle de constitucionalidade posterior por meio das suas comissões de constituição e justiça
- b) Governador de Estado tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade
- c) A súmula vinculante tem por objetivo a interpretação de normas acerca das quais haja controvérsia que acarrete grave insegurança jurídica e a multiplicação de processos sobre questão idêntica
- d) Exemplo de hipótese de controle de constitucionalidade prévio exercido pelo Judiciário é a decisão sobre o mandado de segurança impetrado por parlamentar
- e) O veto a projeto de lei é considerado hipótese de controle de constitucionalidade prévio pelo Poder Executivo

### **2) No Estado federal brasileiro, os estados federados possuem:**

- a) Soberania
- b) Autonomia, dada sua capacidade de autogoverno, autoadministração, auto-organização e autolegislação
- c) Competência legislativa para estabelecer normas gerais sobre as matérias como, por exemplo, Direito Civil, Processual e do Trabalho
- d) Autonomia, dada sua capacidade de autogoverno e autoadministração, mas não possuem capacidade de auto-organização nem de autolegislação
- e) Competência para legislar sobre todos os assuntos de seu interesse

### **3) O Poder Judiciário exerce função atípica quando:**

- a) Julga processos
- b) Cria normas sobre sua organização interna
- c) Atua na execução de decisões judiciais
- d) Aplica penas criminais
- e) Aplica a lei eleitoral a casos perante ele apresentados durante as eleições

### **4) O poder regulamentar permite ao chefe do Executivo:**

- a) Criar novos tributos
- b) Dispensar licitação para contratação pública
- c) Exercer controle concreto de constitucionalidade
- d) Editar normas para a fiel execução da lei
- e) Revogar leis ordinárias

### **5) A respeito do Sistema Tributário Nacional instituído pela Constituição de 1988, assinale a alternativa que torna a frase INCORRETA. Compete aos Estados instituir impostos sobre:**

- a) doação de bens
- b) propriedade de veículos automotores
- c) transmissão causa mortis de bens
- d) operações relativas à circulação de mercadorias
- e) operações de crédito

### **6) O instrumento do Sistema Orçamentário que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos é:**

- a) a Lei de Diretrizes Orçamentárias
- b) a Lei Orçamentária Anual
- c) o Plano Plurianual
- d) o Decreto Orçamentário
- e) o Relatório de Gestão Fiscal

**7) A respeito das regras constitucionais sobre o Servidor Público, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A Constituição prevê que após três anos de efetivo exercício o servidor público adquire estabilidade.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- c) A lei reservará percentual dos cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- d) A Constituição dispõe que é possível o exercício do direito de greve pelos servidores públicos.
- e) O agente público que causar dano a terceiro por dolo ou culpa não responderá perante pessoas jurídicas de direito público em ação de regresso.

**8) A respeito das regras constitucionais sobre a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A administração pública direta e indireta obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- b) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes
- c) A publicidade dos atos dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, podendo constar dela símbolos que caracterizem promoção pessoal de autoridades públicas desde que sejam de menor importância e não comprometam a qualidade da mensagem
- d) As administrações tributárias dos Estados terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuação de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais
- e) A Constituição de 1988 prevê expressamente que a lei deve disciplinar formas de participação do usuário na Administração

**9) À luz das determinações constitucionais sobre direitos e garantias individuais, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial para fins de instrução processual penal
- b) É plena a liberdade de associação para fins lícitos; ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- c) Ninguém será privado de direitos por crença religiosa, salvo se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo apenas exigida autorização da autoridade competente
- e) A Constituição garante o direito de propriedade, mas determina que ela deve atender a sua função social

**10) O mandado de injunção será concedido quando:**

- a) Autoridade coatora ameaçar direito líquido e certo
- b) A falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de direitos constitucionais
- c) For pedida a anulação de atos lesivos ao patrimônio público
- d) Houver ameaça de coação à liberdade de locomoção de alguém por abuso de poder
- e) Súmulas vinculantes forem passíveis de revisão

**DIREITO CIVIL**

**11) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:**

- a) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Os pródigos.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- d) Os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- e) As pessoas sujeitas a pena de reclusão em regime fechado.

**12) Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:**

- a) Não é permitida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, mesmo depois da morte.
- b) Em nenhuma hipótese os direitos da personalidade poderão sofrer limitação voluntária.
- c) O nome alheio pode ser utilizado em propaganda comercial caso o interesse público o justifique.
- d) A lei não dispõe sobre a proteção ao pseudônimo, mesmo em casos de atividades lícitas.
- e) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

**13) O Direito Civil, ao tratar de questões relativas à pessoa natural, dedica grande enfoque ao início e ao fim da personalidade civil. A respeito destes temas, é correto afirmar:**

- a) O Código Civil prevê que a personalidade civil da pessoa natural começa desde a concepção, podendo já praticar os atos da vida civil.
- b) A existência da pessoa natural termina com a morte, presumindo-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
- c) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presume-se que o mais velho faleceu antes.
- d) Para a teoria concepcionista, o marco inicial da personificação do ser humano é o nascimento com vida.
- e) Não é permitida a declaração de morte presumida se alguém estiver desaparecido em campanha ou feito prisioneiro em guerra.

**14) De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:**

- a) As Fundações, as Autarquias, os Municípios, o Distrito Federal e a União.
- b) As Autarquias, os Municípios, o Distrito Federal, os Estados, os Territórios e a União
- c) As Autarquias, os Partidos Políticos, os Estados, os Territórios e a União
- d) As Sociedades, os Municípios, o Distrito Federal, os Estados e a União.
- e) Os Municípios, o Distrito Federal, os Estados, a União e os Estados estrangeiros

**15) Observe as assertivas a seguir a respeito da desconsideração da personalidade jurídica tratada pelo Código Civil:**

**I – De acordo com o art. 50 do Código Civil, o abuso da personalidade jurídica ocorre com o desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial**

**II – O Código Civil adota a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica**

**III – A mera existência de grupo econômico não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica sem a presença de desvio de finalidade ou confusão patrimonial**

**IV – A declaração de desconsideração da personalidade jurídica torna os sócios, os administradores e seus herdeiros solidariamente responsáveis por todas as obrigações da sociedade, passadas e futuras.**

**V – Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.**

**É correto o que se afirma em:**

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, III e V.
- e) II, IV e V.

**16) Sobre os conceitos de domicílio, residência e morada, assinale a alternativa correta:**

- a) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio aquela mais próxima à capital federal.
- b) Não é permitido às partes estabelecerem, em contrato escrito, o domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- c) O domicílio do Estado é considerado qualquer cidade onde se encontre instalada um escritório da sua Procuradoria Geral.

- d) Ante a sua importância, a lei veda peremptoriamente a existência de mais de um domicílio.
- e) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente.

**17) No que se refere aos bens públicos, assinale a alternativa correta:**

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- c) Os bens públicos são inalienáveis, independentemente de sua classificação.
- d) O uso comum dos bens públicos deve ser necessariamente gratuito, não havendo hipótese de cobrança pela sua utilização.
- e) A ocupação do bem público por particular autoriza a caracterização da posse, podendo ser tutelada em juízo em face do proprietário.

**18) Sobre o tratamento da prescrição e decadência no Código Civil, assinale a alternativa correta:**

- a) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- b) A prescrição ocorre em 30 (trinta) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- c) As partes podem livremente pactuar sobre os prazos de prescrição e decadência.
- d) Tanto a prescrição quanto a decadência são formas diferentes de perda da pretensão.
- e) A prescrição lida com a perda da pretensão, enquanto a decadência diz respeito à perda do próprio direito.

**19) Mário, menor adolescente que mora com os pais e tem dezessete anos de idade, pegou escondido o carro da mãe para ir a uma festa. Na saída, ao manobrar o carro, acabou atropelando José, que trabalha como pedreiro e, devido aos ferimentos, precisou se afastar do trabalho por três meses. À luz das regras da responsabilidade civil, os pais de Mário:**

- a) Não serão responsáveis pela indenização dos danos de José em nenhuma hipótese, sendo responsável apenas Mário.
- b) Devem ser responsabilizados pela reparação civil dos danos causados a José independentemente de qualquer circunstância e poderão reaver do filho a totalidade do pagamento.
- c) Responderão pelos prejuízos causados caso tenham meios suficientes; caso contrário, caberá, em regra, a Mário a responsabilidade pela indenização.
- d) Os pais não serão responsabilizados pois não provocaram o acidente; Mário não poderá ser responsabilizado por ser menor de idade.
- e) Serão responsáveis apenas pela indenização de metade dos danos causados à José.

**20) Considera-se empresário aquele:**

- a) Aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços, ou profissão intelectual, de natureza literária ou artística.
- b) Que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços, ainda que de natureza científica.
- c) Que exerce profissionalmente atividade econômica, ainda que não organizada, para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- d) Que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços
- e) Que exerce profissionalmente atividade intelectual com o concurso de auxiliares.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**21) São modalidades de intervenção de terceiros disciplinadas de forma expressa no Código de Processo Civil de 2015, EXCETO:**

- a) Assistência Simples.
- b) Denúnciação da Lide.
- c) Chamamento ao Processo.
- d) Assistência Litisconsorcial.
- e) Nomeação à Autoria.

**22) Acerca do regime geral dos recursos previsto no Código de Processo Civil de 2015, assinale a afirmativa CORRETA:**

- a) A decisão apenas pode ser impugnada no todo, sendo vedada a interposição de recurso apenas em relação à parte da decisão.
- b) A parte que aceitar expressamente a decisão não poderá dela recorrer.
- c) O recorrente somente poderá desistir do recurso com a expressa anuência do recorrido.
- d) O recurso deve ser interposto pela parte vencedora, pelo terceiro beneficiado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- e) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

**23) No que se refere ao regime de nulidades disciplinado no Código de Processo Civil de 2015, assinale a afirmativa CORRETA:**

- a) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- b) A arguição de nulidade dos atos processuais praticados nunca se sujeita à preclusão.
- c) As citações e as intimações serão válidas, ainda quando feitas sem observância das prescrições legais.
- d) Ao pronunciar a nulidade, o juiz não precisa declarar que atos são atingidos, nem se lhe exige ordenar as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- e) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz ainda assim a pronunciará e mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

**24) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:**

- a) Contrariar dispositivo da Constituição Federal de 1988.
- b) Contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
- c) Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- d) Der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.
- e) Julgar inválida lei local contestada em face de lei federal.

**25) São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante EXCETO:**

- a) Presidente da República.
- b) Mesa do Senado Federal.
- c) Qualquer cidadão, ainda que não seja parte em processo judicial.
- d) Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e) Governador de Estado ou do Distrito Federal.

**26) NÃO é órgão integrante do Poder Judiciário à luz da Constituição Federal de 1988:**

- a) Supremo Tribunal Federal
- b) Superior Tribunal de Justiça
- c) Conselho Nacional do Ministério Público
- d) Tribunal Superior do Trabalho
- e) Tribunais Regionais Federais

**27) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, é possível afirmar que uma ação é idêntica a outra quando:**

- a) Possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
- b) Possui o mesmo pedido e a mesma causa de pedir, ainda que tenha partes distintas.
- c) Possui as mesmas partes e a mesma causa de pedir, ainda que tenha pedidos distintos.
- d) Possui as mesmas partes e o mesmo pedido, ainda que tenha causas de pedir distintas.
- e) Possui as mesmas partes, ainda que tenha causa de pedir e pedidos distintos.

**28) No que se refere à disciplina dos elementos essenciais da sentença prevista no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa CORRETA:**

- a) Embora seja elemento essencial da sentença, o relatório não precisa, em regra, conter os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
- b) Nos fundamentos da sentença, o juiz apenas analisará as questões de fato, sendo vedada a análise de questões de direito.
- c) O juiz resolverá as questões prévias que as partes lhe submeterem no dispositivo, sendo proibida por lei a resolução das questões principais.
- d) Nos fundamentos da sentença, o juiz apenas analisará as questões de direito, sendo vedada a análise de questões de fato.
- e) Nos fundamentos da sentença, o juiz analisará as questões de fato e de direito.

**29) O Código de Processo Civil de 2015 disciplina, em seu Livro II, a função jurisdicional. No que se refere à jurisdição e ao direito de ação, é INCORRETO afirmar que:**

- a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.
- b) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
- c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- d) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
- e) O interesse do autor não pode se limitar à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.

**30) De acordo com a disciplina do Código de Processo Civil de 2015 sobre a competência, assinale a afirmativa CORRETA:**

- a) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, sendo vedada às partes o direito de instituir juízo arbitral em qualquer caso.
- b) Determina-se a competência no momento da apresentação da contestação pelo réu, sendo irrelevantes modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- c) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- d) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente, em regra, o foro de domicílio do autor.
- e) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.